

Se eu fosse Alexandre Gaudêncio



Carlos Rezendes Cabral

Não sou o Dr. Alexandre Gaudêncio. Não sou filiado no PSD. Todavia, comungo da ideologia social-democrata, ou socialismo humanista, como lhe queiram chamar. Como objectivo político sempre defendi, defendo e continuarei a defender que a independência dos Açores – de acordo com Portugal e não contra Portugal – seria a melhor solução para estas nove ilhas semeadas neste mar imenso que nos rodeia. Esta solução política da emancipação dos Açores negociada com Portugal só será possível quando, no rectângulo português, houver novamente políticos com a fibra de um Francisco Sá Carneiro.

Poucos meses antes de ter sido assassinado em Dezembro de 1980 (esta é a minha opinião pessoal) fui apresentado ao Dr. Sá Carneiro, então Primeiro-ministro Português, na qualidade de membro do Movimento Nacionalista Açoriano/Frente de Libertação dos Açores.

Aquele gigante político não ordenou a minha prisão – nem naquele momento nem mesmo mais tarde – e só me disse que eu era uma das pessoas com quem haveria muito que conversar. A minha resposta foi: onde e quando Vossa Excelência quiser.

Presentes a esta conversa estavam: o então Ministro de Estado Francisco Pinto Balsemão, bem como o Ministro das Finanças da altura Aníbal Cavaco Silva que, olharam para mim com tal espanto, como se estivessem a ver um extraterrestre.

Como anfitrião do jantar oficial, o então Presidente do Governo Regional dos Açores João Bosco Mota Amaral, fazia as apresentações dos convidados àqueles membros do Governo Central.

Naquela altura, havia respeito pelos Açores e pelos açorianos. Lisboa não decidia unilateralmente as coisas que a nós dissesse respeito. Havia sempre consulta prévia ao Governo Regional.

Hoje, é o que se vê. Lisboa faz e desfaz a seu belo prazer sem que haja quem, com responsabilidades governativas, tanto executivas como legislativas, lhe faça frente e diga, com convicção e argumentos válidos, que nestas ilhas mandamos nós. Só nós é que sabemos o que é melhor para as populações aqui residentes.

O caso da integração de Mota Amaral em lugar elegível nas listas do PSD ao Parlamento Europeu é paradigmático e demonstrou o desprezo que os centralistas portugueses do PSD sentem pelos Açores.

Dos nomes que li, em lugares elegíveis, nenhum deles, ombreia com o estatuto político

de Mota Amaral. Daí, eu concordar com o Dr. Alexandre Gaudêncio quando referiu que, o PSD/A, após decisão dos órgãos competentes do partido, poderia não participar na campanha eleitoral.

Por outro lado e atendendo ao que disse o Dr. Rui Rio sobre esta matéria, antes e depois da reunião de Coimbra, eu, se estivesse na pele do Dr. Alexandre Gaudêncio não me limitaria a invocar – meio a medo, diga-se – a divisa do nosso Braço de Armas.

ANTES MORRER LIVRES DO QUE EM PAZ SUJEITOS pressupõe a tomada de medidas frontais, fortes e viris, adentro da legitimidade democrática entenda-se.

Julgando que o Dr. Alexandre Gaudêncio não pode apelar à abstenção dos seus militantes e simpatizantes nestas eleições para a Europa, poderá, todavia, dar liberdade de voto a todos aqueles que quiserem ir votar.

Dentro desta liberdade – agora sou eu a sugerir e não o Dr. Gaudêncio – eu diria que a figura voto em branco, ou voto nulo, não seria de pôr de parte nas eleições do próximo 26 de Maio.

Há quem diga que o voto em branco é um perigo porque alguém pode pôr lá uma cruzinha onde quiser. Isto não será possível se, os delegados à mesa do voto pelo PSD em toda a Região, estiverem com os olhos bem abertos e não permitirem “veleidades”. Nem que, para tal, tenham de exigir a retirada de todas as esferográficas da mesa, bem como das mãos de quem estiver a separar e a contar os votos.

Para quem não quiser votar em branco, os eleitores poderão ainda anular o voto fazendo, em vez de uma cruzinha no partido da sua preferência, fazer duas ou mais cruzinhas dentro dos vários quadrados.

Estou certo de que, se os habituais eleitores do PSD/A assim procederem, para além de estarem dentro da lei, farão moça nos resultados finais da eleição, podendo mesmo perder algum lugar aos PSDs portugueses. Seria interessante, não acham?

Como diz o nosso povo, quem com ferro mata com ferro morre. Assim, uma coisa é certa, a abstenção nestas eleições para o Parlamento Europeu não poderá ser elevada, porque, quanto mais eleitores votarem banco ou nulo, maior será a “cacetada política” aos centralistas portugueses.

Se, por acaso, a abstenção descer e os votos nulos ou brancos subirem exponencialmente, será um sinal de que os açorianos estão despertados para a defesa intransigente dos seus interesses.

Como escreveu Vitorino Nemésio no seu **CORSÁRIOS À VISTA**:-

Vamos salvar estas ilhas. Eu tenho lá ossos de Pai e Mãe...

Mas estes filhos da mamã hão-de-nos pagar tudo o que nos fizeram.

P.S. 1 – Já tinha escrito este trabalho quando, com agrado, verifiquei nos vários O.C.S. que não sou o único a pensar deste modo.

P.S. texto escrito pela antiga grafia.



Especialistas açorianos atentos à Antropologia e Património

Especialistas confrontam afirmações sobre “pirâmides” do Pico e megalitismo na Terceira

No painel de Antropologia e Património, no passado dia 14 de Março, inserido no XXIV Congresso de Antropologia da Ibero-América, realizado em Ponta Delgada, dois investigadores foram confrontados por outros, na assistência, face às suas considerações e estudos.

Maria Antonieta Mendes Costa apresentou o tema “Patrimónios Ignorados”, que versou sobre o “megalitismo” da Ilha Terceira, cujos estudos, a que se tem dedicado, “não têm conseguido cativar apoio das instituições e do Governo Regional, à excepção da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, que apoiou uma exposição”. A investigadora comparou imagens de fotografias próprias, captadas na Ilha Terceira, com outras de várias partes do mundo, estabelecendo comparações ilustrativas do seu ponto de vista que, como referiu, “não se circunscreve aos métodos limitados da ciência actual, mas sim à ciência do futuro”.

Nuno Ribeiro é, segundo o que o próprio afirmou, durante o debate que se seguiu à sua apresentação, “doutorado em Arte Rupestre, com nota máxima”. Apresentou o tema com o título “Estudo arqueológico e antropológico (preliminar) das estruturas piramidais da ilha do Pico (Açores)”, onde apresentou o que alega ser “epigrafia romana”, “hipogeus fenícios”, “cisternas fenícias” e “estruturas piramidais”. Apresentou também resultados inéditos de escavações arqueológicas feitas na Madalena do Pico, em 2013, referindo, à semelhança de Antonieta Costa, as “dificuldades de obter apoios do Governo Regional”. Essas mesmas escavações resultaram numa publicação, patrocinada pela referida autarquia, e disponibilizada online.

Os dois investigadores, num debate moderado por Margarida Lalanda Gonçalves (Universidade dos Açores), receberam várias interpelações por parte da assistência, nomeadamente do arqueólogo espanhol José Manuel Hidalgo, que começou por dizer que, trabalhando “há mais de trinta anos em Arqueologia Romana”, tem sérias dúvidas que o que Nuno Ribeiro alega ser “epigrafia romana” o seja efectivamente, tendo também apontado para “conclusões arriscadas”, sobretudo quando se cingem a “datação absoluta sem datação relativa”.

Isabel Albergaria, professora na Universidade dos Açores, e membro da Comissão Científica Interdisciplinar, constituída pelo Governo

Regional dos Açores em 2013, para o esclarecimento das ocorrências patrimoniais na Terceira e no Corvo, recordou as conclusões desse mesmo grupo de trabalho, que identificam que “em termos histórico-arqueológicos, nenhuma das construções observadas nos diferentes locais visitados evidencia uma datação anterior ao povoamento quatrocentista dos Açores”.

Diogo Teixeira Dias, também arqueólogo, contestou de forma efusiva as conclusões apresentadas, alertando para a “falácia científica” de se compararem evidências materiais aparentemente semelhantes em contextos geográficos marcadamente distintos. O investigador do Centro de Humanidades (UNL-UAç), à semelhança de Isabel Albergaria, não achou correcto recorrerem-se a terminologias como “megalitismo” e “arte rupestre”, associados a um contexto cronológico e geográfico bastante definidos, e dificilmente associáveis à realidade dos Açores, muito menos da forma tão objectiva, e “desprovida de indícios conclusivos”, como foi exposta.

Rui Sousa Martins, da Universidade dos Açores, apontou para a importância de trazer a debate opiniões diferentes e credibilizou os investigadores da mesa, que referiu “conhecer há muitos anos”.

Já Artur Teodoro de Matos, em conclusão, classificou as conclusões de Antonieta Costa e Nuno Ribeiro como “fantasiosas”, dizendo que “a História faz-se de provas, de documentos, e não de interpretações esotéricas”.

Em declaração ao Correio dos Açores, o Presidente da Comissão Organizadora do Congresso Internacional, Luiz Nilton Corrêa, referiu ter agradecido já pessoalmente a intervenção dos arqueólogos, face à inserção do tema apresentado.

O professor da Universidade de Salamanca explica que a selecção dos proponentes de comunicações é feita com base no currículo vitae e resumo enviado, considerando que os resumos submetidos não revelam na totalidade o que será realmente apresentado ao público, conteúdo de responsabilidade exclusiva de cada proponente. Não obstante, ressalva que o debate gerado depois da sessão em causa só confirma que nos Açores há uma massa crítica atenta e ávida por debater e defender suas ideias e convicções, entendendo ainda que é desta forma que o conhecimento científico é analisado e transmitido.